

O TURISMO NOS SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS: O PATRIMÔNIO PARA ALÉM DOS MONUMENTOS

Profa. Adriana Pisoni da Silva

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão a respeito da valorização dos sítios históricos urbanos com relação ao fenômeno turístico, sobretudo quanto aos aspectos de revitalização e “espetacularização” de tais sítios. A reprodução de identidades culturais e a utilização turística do patrimônio não são antagônicas porque o turismo passa a ser motivador do processo de preservação patrimonial. O turismo se encarrega de justificar o esvaziamento de sentidos decorrentes das práticas de transformar o patrimônio em mercadoria, onde os turistas tornam-se os fiadores da monumentalidade conservada. Sendo assim, infere-se que os processos de revitalização de sítios históricos urbanos muitas vezes desconsideram as práticas sociais como elemento essencial na construção e desenvolvimento de suas propostas de intervenção no patrimônio histórico-cultural. Além disto, a apropriação do fenômeno turístico como justificativa dos processos de revitalização de sítios históricos pauta seu planejamento e intervenção, na maioria das vezes, pelo viés do empirismo mercadológico de uma mercantilização do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio; turismo urbano; sítios históricos; revitalização.

O Patrimônio para além dos monumentos

A primeira Comissão dos Monumentos históricos surgiu em 1837 na França. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados decaiu, e estes provinham, essencialmente, da arqueologia, da história e da arquitetura erudita. Posteriormente, todas as formas de arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais; todas as categorias de edifícios, públicos e privados; santuários e utilitários foram anexadas aos bens inventariados. Neste sentido, o domínio patrimonial não se limitava mais aos edifícios individuais, compreendiam também os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e até mesmo aos conjuntos de cidades. Portanto, para CHOAY (2001) ampliação do conceito de patrimônio impossibilita a generalização em uma única categoria denominada de monumento que por muito tempo foi sustentada por pesquisadores e técnicos da área.

A partir da década de 1960 o patrimônio histórico já representava parte de uma herança que não parava de crescer, proporcionado a inclusão de novas tipologias de bens e o alargamento do quadro cronológico. A expansão das práticas patrimoniais pode ser simbolizada pela convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, adotada em 1972 pela Assembléia Geral da Unesco. Esta convenção sustentava o conceito

de patrimônio cultural universal - monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos - que apresentassem um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. De acordo com CHOAY (2001, p. 207), um dos desfechos desta convenção é a definição de patrimônio cultural como:

Monumentos: obras de arquitetura, escultura e pinturas monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e combinações destas que tenham um valor de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências; Conjunto de edificações: conjunto de edificações separadas ou conectadas, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências, Sítios: obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto, e áreas que incluem sítios arqueológicos que sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da estética, da etnologia ou da antropologia.

Estava assim anunciada a universalidade do sistema ocidental quanto ao patrimônio histórico. Para os países dispostos a reconhecer sua validade, a convenção estipulava um conjunto de obrigações relativas à identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações. Estabelecendo, sobretudo, uma pertença comum, uma solidariedade planetária onde é dada a coletividade internacional à missão de colaborar com a proteção do patrimônio. O patrimônio passou a ser considerado um mediador entre passado e presente, uma âncora capaz de dar a sensação de continuidade em relação a um passado nacional e até muitas vezes mundial.

De acordo com GIOVANNONI apud CHOAY (2001, p. 200), “uma cidade histórica constitui em si um monumento, mas ao mesmo tempo é um tecido vivo: tal é o duplo postulado que permite a síntese das figuras reverencial e museal da conservação urbana”. Com este entendimento, o autor funda uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano, resumida em três princípios.

O primeiro princípio descreve que, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Assim, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, pela manutenção do caráter social da população.

O segundo princípio é a recomendação que o monumento histórico não pode ser interpretado separadamente do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta da dialética da “arquitetura maior” e de seu entorno. Assim, o entorno do patrimônio edificado mantém

com ele uma relação essencial.

O terceiro e último princípio alerta que os conjuntos urbanos antigos demandam procedimentos de preservação e de restauração que devem ser transpostos para as dimensões do fragmento ou do núcleo urbano, respeitando a sua escala e sua morfologia e assim, preservando as relações originais. Porém, GIOVANNONI apud CHOAY (2001, p. 201) ressalta que “deve-se conservar os trabalhos de recomposição, de reintegração, de desobstrução. Admite-se, portanto, uma margem de intervenção limitada pelo respeito ao ambiente, esse espírito (histórico) dos lugares, materializado em configurações espaciais”.

Ainda com relação aos consertos patrimoniais e as práticas de conservação, muitos pesquisadores questionam e apresentam algumas discordâncias, em especial quando se trata da utilização deste patrimônio “preservado” para a atividade turística.

Para CHOAY (2001), os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função - obras que propiciam conhecimento e deleite colocados à disposição de todos, mas também são produtos culturais que passam por um processo de fabricação, empacotamento e distribuição, com o objetivo de serem consumidos, a denominada mercantilização da cultural. Tudo isto para que ocorra uma metamorfose do seu valor de uso em valor econômico, reflexo de empreendimentos públicos e privados, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais e profissionais do turismo.

Neste sentido, todo o processo é impulsionado pelo grande projeto de democratização do saber, que de acordo com CHOAY (2001, p. 210), vem da “vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao desenvolvimento da sociedade do lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa”. Assim, o público do patrimônio histórico não se restringe apenas aos especialistas e eruditos, mas amplia-se em escala.

A reutilização, que consiste no processo de reintegrar o patrimônio desativado a um uso normal, ou seja, a sua integração na vida contemporânea e subtraí-lo a um destino de museu, é a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil. Assim, a prática desta reutilização deriva do bom senso e de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais.

A mercantilização do patrimônio foi inserida em práticas com vocação pedagógica e

democrática não lucrativa, e lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo. Esta atividade representa atualmente, de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações.

Há uma reflexão na atualidade, da qual CHOAY (2001) também compartilha, que a exploração do patrimônio histórico arquitetônico está fadada ao esgotamento, a menos que se reduzam os custos de manutenção e se regule o fluxo de seus consumidores. Esse movimento responde, adequadamente, à demanda de distração da sociedade de lazer, e confere, além disso, o status social e a distinção associada ao consumo dos bens patrimoniais. Para proteger o patrimônio dessas ameaças, são necessárias políticas de preservação. Essas políticas não são neutras, espelham a ideologia dos que fazem as leis, podendo até mesmo determinar o que é digno de preservação. Os símbolos que se mantêm refletem valores e opiniões, que retratar determinada sociedade ou determinado momento.

Como objeto de oferta e demanda, o patrimônio perde sua condição de herança identitária para tornar-se um capital, cujo valor depende da capacidade de promoção e de intervenção nos pontos de venda, que no caso do turismo diz respeito, sobretudo, a interpretação dada pelas agências de turismo, cadeias hoteleiras e companhias aéreas. Porém, propõe-se refletir o patrimônio para além do caráter mercadológico, onde qualquer estratégia de atuação deve ser necessariamente global e multidisciplinar, quer dizer, contemplar o patrimônio em todas as suas formas e em toda a sua complexidade. Uma estratégia verdadeiramente inovadora de conservação amplia o patrimônio cultural em muitos aspectos funcionais, porque o uso do patrimônio é a maior garantia da sua conservação.

Os efeitos negativos do turismo de massa podem ser observados em alguns destinos, tais como Florença e Veneza, que se degrada a cada dia, ou ainda em alguns monumentos no Egito, onde se fez necessário fechar os túmulos do Vale dos Reis. Estes efeitos negativos gerados pelo fluxo intenso de turistas - o turismo de massa - são objeto de estudo da academia, onde pesquisadores tratam da conservação dos destinos turísticos. Alguns destinos da atualidade têm optado pela segmentação da oferta, ou seja, consideram que, para cada público existe um produto, e que não há mais a necessidade de concentrarmos a oferta num só foco. Assim, minimizam os efeitos negativos e diminuem os fluxos intensos num só destino.

São muitas as dificuldades de administrar o patrimônio local no Brasil, principalmente quando os fatores estão relacionados às políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio. Dentre esses fatores está, de acordo com RODRIGUES (2001), a herança de um país escravista, no qual o trabalho não era visto como forma de criação de valores culturais, onde os objetos considerados dignos de proteção estiveram, até recentemente, relacionados à colonização e às classes proprietárias, cujo conceito de sociedade e privilégios excluía, em geral, todos os não proprietários.

Desse modo, é compreensível a distância entre o patrimônio cultural e a maioria da população brasileira, uma vez que essa não reconhecia nele nada de seu. Essa situação prolongou-se até a década de 1980, quando, no conjunto dos movimentos sociais que buscavam a democratização do país e o efetivo exercício dos direitos de cidadania, segmentos sociais e étnicos começaram a ter seus papéis de construtores da sociedade reconhecidos.

A aproximação entre o fenômeno turístico e o patrimônio, segundo RODRIGUES (2001), parece ter ocorrido oficialmente a partir de 1967 no encontro no de Quito no Equador, do qual resultou um documento, assinado pelos países participantes, inclusive o Brasil: a Carta de Quito - encontro este promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esta carta recomendava que os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento turístico das regiões envolvidas. Recomendava-se, ainda, a cooperação dos interesses privados e o respaldo da opinião pública para o desenvolvimento de tais projetos.

Em 1975, o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, desenvolvido juntamente com numerosas atividades que procuravam ampliar as preocupações do órgão federal para além dos cuidados com as edificações, pretendia criar linhas de crédito especiais para a restauração de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, a concessão de incentivos tributários e a formação de mão-de-obra especializada em restauro, além de outras medidas.

O reconhecimento público desse valor vem pelo tombamento, isto é, pela inscrição do bem em um dos quatro Livros do Tombo: arqueológico, etnográfico e paisagístico; histórico; das belas artes aplicadas. O tombamento, principal instrumento jurídico até hoje aplicado para impedir a destruição de bens culturais, não implica a perda de propriedade do

bem; a responsabilidade de sua conservação continua sendo do proprietário que é proibido de demoli-lo, de descaracteriza-lo ou, quando se trata de um objeto de arte, de tira-lo dos limites do território nacional, sem prévia aprovação do órgão competente.

Para MEIRA (2004) o tombamento dos bens edificados muitas vezes é interpretado como um castigo se não houver compensação, de alguma forma, ao proprietário. Se por um lado a interpretação é que numa sociedade capitalista os proprietários não devem ser penalizados, ou seja, se a sociedade julga importante preservar alguns imóveis para o futuro, deve indeniza-los por isto. Por outro, posições contrárias defendem que o patrimônio é um bem coletivo que importa conservar e que as restrições impostas pelo tombamento não são diferentes de restrições impostas à propriedade privada, através de outros instrumentos como zoneamento de uso, índices urbanísticos entre outros.

O tombamento continua a ser a forma predominante, embora, muitas vezes, não atenda a dinâmica necessária à manutenção do ambiente, em especial nas áreas urbanas. Poucos, e recentes, são os incentivos oferecidos pelo poder público para a conservação de bens tombados, o que justifica muitas propostas de aproveitamento econômico dos bens, incluído o uso turístico.

O Fenômeno turístico na Cidade

Propõe-se neste artigo tratar o turismo como um processo sociocultural, onde o saber turístico deve conduzir a ideais, a uma ética de responsabilidade e, trazendo-o para o pensamento complexo defendido por MORIN (2002), permitir ao pesquisador se apropriar globalmente do fenômeno turístico agregando, a ele, novos significados e novas correlações teóricas. O crescimento desenfreado do turismo em nível mundial impôs análises, estudos, pesquisas no âmbito dos serviços oficiais de turismo, dos setores produtivos e também no campo acadêmico. Para MOESCH (2000),

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produtos e serviços, cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

Esta definição vai além da descrição dos aspectos econômicos, enfatizando os aspectos socioculturais do meio e suas práticas numa relação que sustenta o valor

humanizado do encontro entre visitantes e visitados, expressas nas relações sociais e de trocas simbólicas. Distante, portanto, do turismo espetáculo, massificador e excludente - de um lado os turistas e do outro os moradores.

Desde o início de 1980, o turismo urbano tem impulsionado vários fatores que beneficiam a cidade, tais como o movimento de revalorização e reabilitação dos sítios históricos, a expansão e a diversificação das práticas culturais. Tal segmento surge como um eixo estratégico de uma política de ordenamento urbano de maior amplitude que, necessariamente, tem de propor intervenções que vão ao encontro das expectativas dos visitantes e, ao mesmo tempo, contribua positivamente para o desenvolvimento da cidade e para o bem-estar dos seus habitantes.

No turismo urbano, a cidade é o grande atrativo, os espaços urbanos passam a ser repensados como atração. Os atrativos histórico-culturais contidos nestes espaços revelam parte do passado, do cotidiano e do processo sociocultural que a cidade vivenciou, ou seja, é a história materializada que se apresenta como atrativo aos moradores e visitantes da cidade.

A temática do turismo urbano traz implícita a necessidade de refletir sobre a cidade e a sua complexidade. Durante muito tempo a cidade pôde ser definida por oposição ao campo, uma oposição marcada entre duas maneiras de viver diferentes e dois sistemas econômicos distintos e complementares um do outro. Atualmente, o estudo das cidades é um tema amplo e difuso, constituindo-se por olhares transdisciplinares. Pode-se estudar uma cidade sobre os mais diversos ângulos como relata GOITIA (1996, p.21):

O da história: "a história universal é história das cidades" disse Spengler; o da geografia: "a natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos", afirma Vidal de la Blache; o da economia: "em nenhuma civilização a vida das cidades se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria" (Pirenne); o da política: a cidade, segundo Aristóteles, é um certo número de cidadãos; o da sociologia: "a cidade é a forma e o símbolo de uma relação social integrada" (Mumford); o da arte e arquitetura: "a grandeza da arquitetura está ligada à da cidade, e a solidez das instituições costuma avaliar-se pela dos muros que as protegem" (Alberti).

Assim, a cidade não é um fato, e sim, a materialização de processos. É uma realidade complexa, resultante de diversas relações sócio-econômicas e sócio-culturais que se alteram dinamicamente em função da relação entre essas realidades e o tempo. A complexidade se dá nas inúmeras relações que se estabelecem entre os agentes a que formam.

A cidade é a materialização de um processo acumulativo, que conjuga passado e presente, ou seja, não é apenas a mudança, é também o que se mantém. É na relação entre o que permanece e o que muda, do que é visível e do que não é que se dá a formação identitária da cidade. Apesar de muitas terem semelhanças, cada cidade estabelece funções diferenciadas. A questão da diferenciação está atrelada também a divisão do trabalho, porque nem todas as cidades são centros industriais, nem todas são especializadas em sistemas de saúde, como nem todas são cidades turísticas e assim por diante, ou seja, a divisão do trabalho se materializa em cidades diferenciadas. Enquanto para GASTAL (2002, p.65), em termos econômicos, atualmente a cidade é menos o lugar da produção e mais o do consumo; o mercado e os mercadores, provavelmente herdarão as marcas mais importantes e uma sensibilidade cidadina.

Uma cidade que contempla o seu patrimônio como um eixo desenvolvimento, não apenas considerando o turismo convencional de massa, mas com uma proposta de turismo que inclua as necessidades dos visitantes e dos visitados. O turismo é motivador da manutenção da identidade local, traz benefícios para população residente e impulsiona a conservação do patrimônio cultural, onde o patrimônio histórico é um dos elementos motivadores do fluxo de visitantes de um destino turístico urbano.

Este aumento do fluxo de visitantes que procuram pelo turismo cultural é interpretado também como uma necessidade das sociedades modernas de tentar resgatar um passado, materializado através de belas construções, mas sem perder as comodidades da vida moderna. Os visitantes também são importantes para as cidades porque as mesmas tornaram-se extremamente caras para serem sustentadas apenas pelos seus próprios moradores. Assim, os administradores buscam nos visitantes a fonte de renda extra para manutenção, em especial das ofertas culturais sobre as quais também as populações locais são cada vez mais exigentes.

Entretanto, os grandes centros brasileiros, mais especificamente nas suas áreas centrais, sofreram nas últimas décadas o processo de estagnação e descentralização, haja vista que fatores como segurança e de lazer para própria comunidade local, contribuíram para a mudança de eixo na busca por outros pontos da cidade, onde tanto os moradores locais, como os visitantes tenham encontrado esta oferta.

A Apropriação Turística dos Sítios Históricos Urbanos

Cidades como Londres e Paris apresentam o turismo urbano como um fenômeno importante para o seu desenvolvimento. É inquestionável o patrimônio histórico que estas cidades possuem o que dificulta compará-las às cidades brasileiras. Porém, a questão pontual é reconhecer que estas cidades motivam seus visitantes através do conjunto de atrações que os seduzem. Seu patrimônio cultural de valor histórico desvenda um imaginário social de expressão mundial. Para PESAVENTO (1995, p.35): o imaginário é como um sistema simbólico de idéias e imagens de representação coletiva o qual todas as sociedades criam para si.

Dentre as cidades brasileiras pode-se apontar algumas que expressam o seu imaginário social como um fator atrativo, como: Salvador com as suas baianas, sua culinária típica e sua arquitetura colonial; o Rio de Janeiro com seu carnaval, o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor e suas praias. Entretanto, é preciso ter cuidado para que a abordagem com relação ao potencial turístico de um destino não fique somente alicerçada em um turismo de espetáculo, e que muitas vezes acaba perdendo a amplitude das diferentes culturas locais de uma comunidade.

Um exemplo de espetáculo é o Pelourinho em Salvador, no Estado da Bahia. Para este caso MAGNAVITA (1995) aborda a confecção do pastiche, definindo-o como uma construção com caráter aproximado de estilos arquitetônicos historicamente reconhecidos. Seria como HARVEY (1996) define simulacro de preservação, como réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é de difícil percepção, onde prevalece uma imagem-mercadoria sobre o conjunto arquitetônico em si e em seu valor histórico-cultural.

Na cidade contemporânea os lugares com significância cultural - os sítios históricos, monumentos, ruas, praças entre outros - atuam como elementos importantes para o desenvolvimento do turismo. A mercantilização da cultura e do patrimônio possibilita que empreendedores privados apoiem a iniciativas públicas de recuperação de fachadas, do mobiliário urbano, da limpeza e da iluminação, além de novos projetos de comunicação visual, recuperação de imóveis históricos e equipamentos culturais. Em contrapartida, os mesmos recebem, do poder público, financiamentos para novos negócios como restaurantes

e bares, galerias de arte, teatros, cinemas e toda a sorte de empreendimentos que dinamizem o turismo e o lazer, atraindo visitantes. Além do retorno financeiro, a iniciativa privada atualmente tem interesse em vincular sua imagem a preservação/valorização do patrimônio histórico e cultural.

No Brasil vários casos demonstram que, pelo menos nos estágios iniciais de seu desenvolvimento, essa parceria entre público-privado mostrou-se eficiente na recuperação parcial das cidades, notadamente em centros históricos como os de Salvador, Recife e São Luís. Em outras realidades este processo de revitalização ocorre por iniciativa dos órgãos públicos, através de financiamentos de organismos internacionais - como, por exemplo, a UNESCO - onde posteriormente a iniciativa privada é convidada a participar. Em todos os casos, a discussão versa sobre os reais benefícios sociais e econômicos de tais iniciativas no futuro, pois inúmeras críticas têm ressaltado a descaracterização e “maquiagem” do espaço urbano que ocorrem na utilização desses sítios.

Esta remodelação de sítios, por vezes, implica na camuflagem e remoção de elementos indesejáveis, da mesma forma, aspectos desejáveis são enfatizados ou simplesmente inventados, sem qualquer relação com a história e cultura local. Os processos de “espetacularização” são políticas que tendem a mascarar a realidade, desviando a atenção das pessoas dos problemas relacionados ao desenvolvimento urbano e social das cidades, concentrando o foco de interesse no aspecto econômico com resultados a curto prazo. Os governos locais argumentam que, em contrapartida, ações sobre o espaço físico e investimentos em setores estratégicos para a manutenção ou alteração da imagem da cidade produzem efeitos mais imediatos e positivos para as finanças públicas e, em consequência do aumento dos recursos, políticas sociais e urbanas em longo prazo podem ser beneficiadas.

DEBORD (1997) argumenta que o incremento do espetáculo na vida contemporânea é uma consequência natural em uma sociedade que valoriza cada vez mais as aparências em detrimento do ser. O que esta sociedade produz é denominado por ele de “autenticidade espetacular”. Assim, a espetacularização das cidades, consequentemente dos sítios históricos urbanos, pode ser entendida como resultado de mudanças no contexto social e cultural que, obviamente, compactuam com políticas econômicas que sustentam a produção de cidades idealizadas. Alguns precedentes das “cidades cenográficas” e da

“espetacularização da cidade”, bem como a relação destes conceitos com o movimento do planejamento urbano, está na intensificação das estratégias culturais na “cidade-emprego”, ainda denominada por ARANTES (2000, p.14) como image-making, estabelecidas a partir da intensificação da globalização.

A cenografia de cidades e lugares turísticos típicos do século XX é criticada sob o argumento de que essa reprodução de cenários é, em muitos casos, aleatória, sem qualquer vínculo com a cultura, identidade e a história original dos lugares; o que AUGÉ (1994), afirma ser uma produção de “não-lugares” ou ainda de falsos lugares. Neste sentido, o turismo pode ser interpretado como mera circulação de pessoas atraídas pelo consumo, um subproduto da circulação de mercadorias, que pode ser caracterizado como o lazer de ir ver o que se tornou banal, e com certeza não é esta proposta de turismo que este estudo apresenta.

Alguns dos pesquisadores do fenômeno turístico, tais como KRIPPENDORF (2000), apontam outras perspectivas, onde do êxodo do turismo de massa surge um novo perfil de turista, aquele que procura a autenticidade dos lugares, que se interessa pela história e pela memória dos autóctones. Trata-se, na interpretação de MOLINA (2003), de um turista que busca a oferta segmentada e está interessado cada vez mais em um turismo ativo, assumindo também o papel de protagonista.

A história e memória são atributos que indiscutivelmente conferem identidade aos lugares e, portanto imprimem autenticidade nas propostas de revitalização de sítios históricos urbanos. Ainda, como produto de interpretações e da própria dinâmica social, são também atributos passíveis de releituras. O conflito entre propostas de revitalização urbana e a história do lugar emerge com a discussão do que é verdadeiro, e deve ser mantido, e entre, o que é falso, e deve ser esquecido. Num projeto de grande porte como a reconstrução e remodelação de um sítio histórico urbano tudo passa, portanto, pelo ponto de vista daqueles que irão determinar o valor do patrimônio construído e das tradições e memórias culturais, resguardadas as legislações que protegem tais patrimônios.

Na interpretação de MEIRA (2004, p.19), o turismo se encarrega de justificar o esvaziamento de sentidos decorrentes das práticas de transformar o patrimônio em mercadoria, onde os turistas tornam-se os fiadores da monumentalidade conservada. Compartilhando deste posicionamento, considera-se que atualmente muitos turistas são

motivados pela busca do cotidiano e da cultura local dos destinos.

A preservação patrimonial dos sítios históricos no Brasil é semelhante ao processo inicial ocorrido na Europa, principalmente no que diz respeito a preservação do patrimônio cultural nacional. De acordo com SIMÃO (2001), é possível verificar na própria legislação federal, no decreto-lei nº 25, que os sítios urbanos não foram abordados enquanto mecanismos dinâmicos e complexos, desde os primórdios da atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Os sítios urbanos possuidores de patrimônio cultural edificado, protegido ou não pela União, pelo Estado ou pelo próprio município, carecem, ainda, de agregarem ao seu próprio imaginário e às visões externas a eles, um dado que parece ser fundamental para a promoção de sua vitalidade e sua dinâmica: é preciso enxergá-los como organismos dinâmicos, complexos e diversificados, que agregam além dos valores materiais os valores simbólicos.

A revitalização urbana pauta-se em planos (econômicos, sociais, culturais) desenvolvidos quase sempre em áreas centrais para controle do processo de declínio das áreas degradadas; valorização (reelaboração) dos espaços públicos, que diz respeito à tentativa de promoção de novos impulsos dinamizadores ao espaço urbano, a partir da implementação e incentivo de novas atividades lucrativas, em geral, vinculadas ao comércio. Trata-se de um conjunto de estratégias empreendedoras/articuladoras do planejamento urbano, onde é comum construção de cenários produzidos, cuja ênfase na imagem criada do espaço urbano, enquanto mercadoria, acaba por gerar atrativos ao investimento de agentes privados, porém sem vínculos ou compromissos com o cotidiano.

Principalmente na década de 90, assiste-se às ações de reabilitação dos espaços urbanos, definidas por HARVEY (1996) como práticas de “empresarialismo urbano” e marcadas pela ênfase na elaboração de “cenários urbanos”. A valorização exacerbada da imagem alegórica do lugar utiliza-se muitas vezes na revalorização de “histórias” - e estórias - relacionadas a antigos espaços públicos como ruas e praças, que passam a atrair pela moda e pelas “tradições” a eles associadas, sejam elas reais ou reinventadas.

Abordagens referentes a sítio histórico urbano e a sua relação com o fenômeno turístico são bastante complexas e abrangentes, sobretudo quanto aos aspectos de valorização patrimonial. Este envolve um conhecimento multidisciplinar e a concepção de que uma aproximação destas duas realidades, não pode ser trabalhada como contraditória e

sim como complementar. É preciso compreender que a reprodução de identidades culturais e a utilização turística do patrimônio não são antagônicas, sendo necessário redefinir as finalidades atualmente atribuídas ao patrimônio, de maneira que também o turismo possa ser motivador do processo de preservação patrimonial.

Considerações Finais

O turismo tem sido interpretado como subterfúgio para propostas de revitalização do patrimônio histórico-cultural, em geral, avaliadas como inconsistentes ou direcionadas pela especulação imobiliária. Isto ocorre porque, na maioria das vezes, os processos de revitalização de sítios históricos urbanos muitas vezes desconsideram as práticas sociais como elemento essencial na construção e desenvolvimento de suas propostas de intervenção no patrimônio histórico-cultural.

Além disto, a apropriação do fenômeno turístico como justificativa dos processos de revitalização de sítios históricos pauta seu planejamento e intervenção, na maioria das vezes, pelo viés do empirismo mercadológico de uma mercantilização do patrimônio cultural.

Para avaliar o processo de revitalização do sítio histórico propõe-se uma releitura das práticas sociais do turismo que se estabelece entre visitantes e visitados, compreendidas como práticas turísticas. Ou seja, a revitalização do sítio histórico urbano vai além do patrimônio, além da materialidade. Para explicar as práticas sociais CERTEAU (1994) dá ênfase as maneiras dos fazeres das atividades, selecionadas segundo o interesse que apresentam na estratégia da análise, a exemplo das práticas de espaços urbanos, utilizando-se de ritualizações cotidianas, reempregos e funcionamentos da memória através das “autoridades” que possibilitam a compreensão das práticas sociais cotidianas.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. ARANTES, O B. et al. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AUGÉ, M. Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

GASTAL, Susana de A. Alegoria urbana: o passado como subterfúgio - tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade. Porto Alegre: PUCRS. 2002. Tese de doutorado.

GOITIA, Fernando C. Breve história do urbanismo. Lisboa: Presença, 1996.

HARVEY, David. A Condição pós-moderna. 6. ed. São Paulo, 1996.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

MAGNAVITA, P. Quando a história vira espetáculo do poder. In: ZANCHETTI, S. "Estratégias de intervenção em áreas históricas". MDU/UFPE. Recife, 1995.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOESCH, Maruschka M. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, Sérgio. O pós-turismo. Tradução Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003.

MORIN, Edgar. O método 4 - As Idéias. Sulina: Rio Grande do Sul, 2002. 3ª edição.

PESAVENTO, Sandra. O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social. In: Cultura Vozes. N.5. v.89. São Paulo, Vozes, 1995.

_____. O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002. 2ª edição.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In.: Turismo e Patrimônio Cultural. Organização Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky. São Paulo: Contexto, 2001.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.